



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

1. Apresentação

Senhores acionistas, a Administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seu acionista as Demonstrações Contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

O MetrôRio apresenta suas Demonstrações Contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2015 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

2. O MetrôRio

Quando foi inaugurado, em março de 1979, o Metrô do Rio de Janeiro contava com 4,3 quilômetros de trilhos ligando cinco pontos próximos da cidade (Estações Glória, Cinelândia, Central, Presidente Vargas e Praça Onze). Nos primeiros dez dias de operação, seus trens transportaram mais de meio milhão de passageiros, numa média diária de sessenta mil usuários. Já no ano seguinte, as Estações Uruguaiana e Estácio foram inauguradas e devido ao aumento da demanda de passageiros o número de carros nos trens aumentou de quatro para seis.

O ano de 1984 foi marcado pelo início da operação comercial da Linha 2 e seguindo o cronograma de expansão, em 1988 foi inaugurada a Estação Triagem, em 1991 a Estação Engenho da Rainha e nos anos seguintes as estações Thomaz Coelho e Vicente de Carvalho.

No dia 19 de dezembro de 1997, na Bolsa de Valores do Rio, o Consórcio Opportrans adquiriu o direito de explorar o serviço metroviário durante 20 anos, assumindo, em abril de 1998, o controle do serviço de transporte público metroviário.

Em dezembro de 2007, foi assinado o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão, que previa além de outros assuntos, o aumento do prazo da concessão por mais 20 anos, ou seja, até 2038 e a responsabilidade por parte do MetrôRio em investir R\$1,2 bilhão na modernização do sistema metroviário e a expandir as estações para outros pontos da cidade.

Em dezembro de 2009, o MetrôRio, uma Companhia aberta de capital nacional, sem ações negociáveis na BM&FBOVESPA, passou a ser controlada em sua totalidade pelo Grupo Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), juntando-se à CART – Concessionária Auto Raposo Tavares (SP), LAMSA – Linha Amarela S.A. (RJ) e CLN – Concessionária Litoral Norte (BA).

Em 2010, foi inaugurada a 35ª estação, a Cidade Nova e a última estação da linha 1 inaugurada foi a Uruguaia, em 2014.

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 (laranja) e 2 (verde) em um total de 36 estações do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 42 quilômetros de extensão, e a manutenção e operação da Linha 4 (amarelo), com 12,7 quilômetros de extensão, e as seguintes estações: Jardim Oceânico, São Conrado, Antero de Quintal, Jardim de Alah, Nossa Senhora da Paz e General Osório.

Estações L1 e L2 e L4:



Fonte: MetrôRio

2.1 Destaques do Exercício Social de 2016

Em fevereiro de 2016, a Moody's América Latina (Moody's), manteve o *rating* da Companhia, permanecendo na escala Nacional (Brasil) Aa2.b e a escala Global Ba2, ambos com perspectiva estável.

Em junho de 2016, o MetrôRio obteve a Renovação da Certificação ISO 9001, com escopo em operação e manutenção de trens e estações, conferida pela DNVGL a empresas que adotam boas práticas na gestão da Qualidade. Tal certificação é uma norma internacional que fornece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade das organizações. O objetivo é fornecer um conjunto de requisitos que, bem implementados, dão mais confiança de que a organização é capaz de fornecer regularmente produtos e serviços que atendam às necessidades e as expectativas de seus clientes, e que estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Ao manter o certificado, a Companhia consegue: 1) Identificar, tratar e solucionar problemas que travam a organização; 2) Alavancar o desempenho da organização, tanto internamente como perante os concorrentes, pois as atividades principais são monitoradas e os resultados aparecem em curto, médio e longo prazo; 3) Melhorar a reputação da marca, pois demonstra que a organização é comprometida com padrões internacionais reconhecidos e com a melhoria contínua; 4) Aumentar a produtividade, pois o controle das não conformidades reduz o retrabalho; 5) Melhorar a satisfação e o desempenho da organização para/com os clientes e 6) Antecipar-se aos problemas dos processos.

No dia 15 de julho de 2016 foi comunicado aos acionistas e ao mercado a mudança da auditoria externa independente da Companhia para o exercício 2016, tendo sido aprovada a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A Grant Thornton iniciou suas atividades com a revisão das informações trimestrais ("ITRs") do segundo trimestre de 2016.

Em agosto e setembro de 2016, a Cidade do Rio de Janeiro recebeu os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, e para atender a demanda, deu-se início a Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos e do Cartão Olímpico, atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos – Família Olímpica. O transporte público registrou o maior número de usuários já visto em suas diversas modalidades.

Nos 17 dias consecutivos de Jogos Olímpicos, o MetrôRio transportou 14 milhões de passageiros e atingiu seu recorde histórico de passageiros transportados por dia (1,121 milhão). Em 12 dias de evento Paralímpico, foram transportados 8 milhões de passageiros.

Mais de 300 voluntários do MetrôRio colaboraram na orientação de fluxo e informações nas estações. Novas sinalizações foram feitas durante o evento, incluindo painéis, adesivos e sonorização das estações com narração esportiva de atletas.

Outra conquista do MetrôRio, ocorreu em 09 de dezembro de 2016, Dia Mundial de Combate à Corrupção, onde a Companhia se juntou a mais de 400 empresas que assumiram o compromisso para promoção de um mercado mais íntegro e ético, o pacto contra a corrupção.

O pacto é uma iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e Comitê Brasileiro do Pacto Global.

3. Desempenho Operacional

3.1. Demanda

MM	2016	2015	Δ
MetrôRio - Pax Transportados	240,9	233,6	3,1%
MetrôRio - Pax Pagantes	216,8	211,1	2,7%

Em 2016, o número de passageiros transportados cresceu 3,1% em relação a 2015, passando de 233,6 para 240,9 milhões.

As principais influências para o crescimento no ano de 2016 foram as alterações viárias na cidade, como as obras do VLT, construção do BRT TransBrasil e a racionalização das linhas de ônibus. Outro fator de influência foram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que trouxeram um maior fluxo de turistas e passageiros para cidade do Rio de Janeiro.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1. Receita Operacional

Resultado Consolidado - MM	2016	2015	Δ
Receita Bruta	985,3	895,7	10,0%
Receitas Tarifárias	864,3	765,3	12,9%
Receitas Não Tarifárias	47,0	34,7	35,6%
Receita de Construção (IFRS)	74,0	95,7	-22,7%
Receita Bruta Ajustada¹	911,3	800,0	13,9%
Deduções da Receita Bruta	(26,2)	(22,8)	15,0%
Receita Líquida Ajustada	885,1	777,2	13,9%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada foi de R\$885,1 milhões em 2016, um crescimento de R\$107,9 milhões, o que representa aumento de 13,9% em relação a 2015. Abaixo seguem os principais fatores que determinaram o crescimento: • **Receitas tarifárias:** Representa 94,8% da receita bruta ajustada. O crescimento de R\$99,0 milhões, ou 12,9% em relação a 2015, é decorrente de: i) aumento no número de passageiros, devido principalmente, às alterações viárias no centro do Rio de Janeiro e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos ii) reajuste tarifário, de R\$3,70 para R\$4,10, vigorando a partir do dia 2 de abril de 2016.

• **Receitas não tarifárias:** Representa 5,2% da receita bruta ajustada. O crescimento de R\$12,3 milhões, ou 35,6% em relação a 2015. Este aumento foi motivado, principalmente, pela renovação, em melhores condições comerciais, aluguel de espaço publicitário e locação de espaço físico.

• **Receita de Construção:** O impacto da Receita de Construção é reflexo do volume de aquisições do Direito de Concessão (Investimentos) menos os custos de capitalização do resultado financeiro (projetos mencionados em Capex).

4.2. Custos e Despesas

R\$ MM	2016	2015	Δ
Custos & Despesas Operacionais	(749,8)	(673,3)	11,3%
Pessoal	(244,4)	(189,6)	28,9%
Conservação & Manutenção Operacionais	(75,9)	(65,4)	16,1%
Operacionais	(158,0)	(127,9)	23,5%
Despesas Administrativas	(71,9)	(79,4)	-9,4%
Custo de Construção (IFRS)	(74,0)	(95,7)	-22,7%
Depreciação & Amortização	(125,6)	(115,8)	8,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustada¹	(675,8)	(578,1)	16,9%

¹desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção. Em 2016 os custos e despesas operacionais ajustados apresentaram um crescimento de R\$97,7 milhões, ou 16,9% em relação a 2015, devido a: • **Pessoal:** Aumento de R\$54,8 milhões, ou 28,9% em relação a 2015. Os principais motivos para o aumento são: i) aumento do número de funcionários, passando do quadro de 2.610 em dezembro de 2015 para 2.768 em dezembro de 2016, em razão da operação da Linha 4, e ii) reajuste salarial de 9,83% conforme INPC adotado no acordo coletivo fechado pela Companhia durante o ano.

• **Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$10,5 milhões, ou 16,1% em relação a 2015, devido a maiores gastos com serviço de manutenção operacional, recuperação de motores, serviços em truques e caixas redutoras, serviços de conservação e limpeza, visando a melhoria na qualidade do serviço prestado ao passageiro.

• **Operacionais:** Aumento de R\$30,1 milhões, ou 23,5% em relação a 2015, diretamente relacionado à locação de trens Linha 4 durante período pré-olímpico, além de maiores custos com energia, diretamente associado ao aumento da quilometragem em função da operação da Linha 4.

• **Despesas Administrativas:** Redução de R\$7,5 milhões, ou 9,4%, em relação a 2015. As principais contribuições para essa redução foram: 1) Em 2015, foi registrado Impairment de ativos obsoletos (Trens Articulados); 2) Em contrapartida, no ano de 2016, com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro, foram realizados maiores gastos em campanhas de publicidade, materiais de divulgação e eventos; 3) Redução de gastos com consultorias e auditorias.

• **Custo de construção:** O impacto do Custo de Construção é reflexo do volume de aquisições do Direito de Concessão (Investimentos) menos os custos de capitalização do resultado financeiro (projetos mencionados em Capex).

• **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$9,8 milhões, ou 8,5% em relação a 2015, explicado pelas adições ao Imobilizado e Intangível (CAPEX realizado – projetos que entraram em operação, aumentando a base do ativo).

4.3. EBITDA e Margem EBITDA

R\$ MM	2016	2015	Δ
EBIT	209,4	199,2	5,1%
(+) Depreciação & Amortização	125,6	115,8	8,5%
EBITDA¹	335,0	314,9	6,4%
Ajustes	-	-	-
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	74,0	95,7	-22,7%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	(74,0)	(95,7)	-22,7%
EBITDA Ajustado²	335,0	314,9	6,4%
Receita Líquida Ajustada	885,1	777,2	13,9%
Margem EBITDA (%) Ajustada	37,8%	40,5%	-2,7 p.p.

⁽¹⁾ Instrução CVM Nº527/12;

⁽²⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$335,0 milhões em 2016, ou 6,4% maior em relação 2015. O principal motivo para esse aumento foi a maior receita, justificada pelo número de passageiros pagantes e tarifa média, além da redução das despesas administrativas. Já a Margem EBITDA Ajustada atingiu 37,8%, uma variação negativa de -2,7 p.p. em relação a 2015.

4.4. Resultado Financeiro

R\$ MM	2016	2015	Δ
Receitas Financeiras	74,6	127,3	-41,4%
Despesas Financeiras	(233,2)	(221,0)	-5,2%
Resultado Financeiro	(158,6)	(93,7)	-40,9%

Em 2016, o resultado financeiro do MetrôRio apresentou uma deterioração de 40,9% em relação a 2015, uma variação de R\$64,9 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente por:

• **Receitas Financeiras:** redução de R\$52,74 milhões em 2016, ou de 41,4% em relação a 2015, devido, principalmente a: 1) 2015 – ganhos *swap*, derivativo constituído em conjunto ao empréstimo do Banco Citi nos termos da Lei 4.131/1962 e 2) menores ganhos com aplicações financeiras em 2016, principalmente sobre o Fundo FIC – Fundo de Investimento em Cotas administrado pela Caixa Econômica Federal, para compra de 19 novos trens que já se encontram em operação, que se comparado a 2015 apresentou desvalorização das cotas. O saldo remanescente do Fundo está disponível para a aquisição dos sobressalentes importados dos 19 trens, que estão em processo de fabricação. As cotas do Fundo FIC são atreladas à variação da moeda norte-americana.

• **Despesas Financeiras:** o aumento de R\$12,21 milhões, ou 5,2% em relação a 2015, é justificado por: 1) perdas com *swap*, derivativo constituído em conjunto ao empréstimo do Banco Citibank nos termos da Lei 4.131/1962, e 2) despesas com AVAL e Taxa Efetiva sobre contratos de financiamentos.

4.5. Resultado do Exercício

R\$ MM	2016	2015	Δ
Lucro do Exercício	31,7	84,7	-62,6%

Em 2016, o Lucro Líquido foi de R\$31,7 milhões, representando uma redução de 62,6% ou R\$53,0 milhões em relação a 2015. Apesar do maior lucro operacional (EBIT), que no ano cresceu 5,1%, passando de R\$199,2 milhões para R\$209,4 milhões, tivemos um impacto desfavorável no resultado financeiro, absorvendo a margem em relação a 2015.

4.6. Disponibilidades e Endividamento

R\$ MM	2016	2015	Δ
Dívida Bruta	1.081,8	1.205,1	-10,2%
Curto Prazo	225,9	549,8	-58,9%
Longo Prazo	856,0	655,4	30,6%
Disponibilidades	102,3	266,8	-61,7%
Caixa e Equivalentes de caixa	51,6	111,0	-53,5%
Aplicações Financeiras	50,7	155,8	-67,5%
Dívida Líquida	979,5	938,3	4,4%

A dívida líquida do MetrôRio encerrou 2016 com um saldo de R\$979,5 milhões, aumento de R\$41,2 milhões, ou 4,4% em relação a 2015. As disponibilidades apresentaram uma redução de R\$164,5 milhões ou 61,7% em 2016, em relação a 2015. Esta redução é justificada (i) liquidação da operação de Hedge/4131 de 2014/2015 em 2016; (ii) menores rentabilidades com aplicações financeiras, especialmente o Fundo FIC atrelado à moeda norte-americana (iii) distribuição de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. A redução da dívida bruta R\$123,3 milhões, ou 10,2% é justificado principalmente pela amortização dos juros acumulados na data de vencimento, referente ao financiamento do Citi sob amparo da Lei 4.131 e liquidação do financiamento Calyon.

4.7. Alavancagem

Alavancagem	2016	2015	Δ
Dívida Líquida ¹	979,5	938,3	4,4%
EBITDA ¹	335,0	314,9	6,4%
Alavancagem	2,9	3,0	-1,8%

¹ Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM (Last twelve months)

No comparativo entre 2016 e 2015, a Companhia diminuiu seu índice de alavancagem de 3,0 para 2,9 anos, ou seja, redução de 1,8% em anos de geração de caixa para pagamento da dívida.

4.8. Principais Investimentos – CAPEX

R\$ MM	2016	2015	Δ
Adição ao Imobilizado	22,1	41,2	-46,3%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	2,9	11,0	-73,3%
Direito de Concessão (Investimento)	74,2	108,9	-31,9%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	(0,2)	(1,7)	-89,5%
(-) Transações não Caixa	(11,8)	(28,2)	58,2
(-) Margem de Construção	-	-	-
Total Investido	87,2	131,2	-33,5%

Os investimentos somam R\$87,2 milhões em 2016. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos:

- Plataformas Inclinadas;
- Piloto automático;
- Indicadores de destino;
- Aquisição de máquinas ATM (Auto Atendimento);

5. Gestão Estratégica

5.1. Planejamento Estratégico

O MetrôRio, alinhado ao Grupo INVEPAR, revisou o seu Planejamento Estratégico com intuito de preparar a empresa para os futuros desafios. Manteve o objetivo de maximizar a rentabilidade por meio do crescimento sustentável e de uma gestão eficiente em: investimentos e custos, consolidando assim, uma forte cultura com foco em liderança inspiradora, excelência operacional, satisfação do usuário e criação de valor.

5.2. Missão e Visão

Missão

Prover soluções de mobilidade urbana, com rapidez, previsibilidade e confiabilidade.

Visão

Ser referência em operação metroviária nas Américas, admirada e respeitada pelos seus usuários, colaboradores, sociedade e acionistas, com geração de valor e busca permanente pela sustentabilidade.

Valores

O Código de Ética elaborado pela Holding Invepar e aplicado às suas controladas funciona como instrumento de consolidação da cultura ética e sustentável. Os objetivos do Código de Ética e Conduta do grupo INVEPAR são:

- Estabelecer diretrizes de conduta ética para o fiel cumprimento da missão, visão e valores do grupo INVEPAR;
- Estabelecer parâmetros para a conduta dos funcionários do grupo nas relações com a sociedade como um todo;
- Estabelecer princípios claros nos relacionamentos internos e externos à empresa, posicionando-a de forma íntegra na sociedade;
- Criar um mecanismo de consulta e atuação sobre a conduta ética necessária.
- Manter em alto nível a imagem e a reputação do grupo INVEPAR como agente socioeconômico;
- Estabelecer um canal de denúncias para práticas em desacordo com os princípios e valores definidos no Código de Ética e Conduta.

Diante disto, operamos com base nas melhores práticas de governança corporativa, sempre prezando por princípios básicos:

- Pessoas e Equipes;
- Honestidade;
- Responsabilidade socioambiental;
- Empreendedorismo;
- Comprometimento, respeito e inovação.

O que nos move: Melhoramos a vida das pessoas, transportando mais e melhor.

5.3. Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos do MetrôRio tem como premissa garantir o alinhamento cultural, a gestão do conhecimento, o desenvolvimento dos funcionários e equipes e das competências de liderança, contribuindo para o alcance dos resultados da organização.

Em 2016, o MetrôRio contou com 2.768 colaboradores. A valorização e desenvolvimento de seu capital humano são questões prioritárias. A Companhia adota políticas, incluindo as de remuneração, benefícios e desenvolvimento organizacional, processos e estruturas compatíveis com as melhores práticas de mercado.

5.4. Responsabilidade Social e Corporativa

5.4.1. Responsabilidade Social

A missão da área de Responsabilidade Corporativa do MetrôRio é promover conceitos e gerir os indicadores de sustentabilidade nas diversas áreas da empresa, coordenar os investimentos em programas e projetos socioambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades vizinhas ao MetrôRio e apoiando a gestão do negócio na atuação local para operação das suas atividades de transporte urbano. Dar transparência aos índices de sustentabilidade alcançados e disseminar a imagem positiva da Companhia, completam o tripé de atuação da área.

A atuação da área de Responsabilidade Social do MetrôRio está alinhada à Política de Sustentabilidade e as diretrizes do Instituto INVEPAR, que privilegia três áreas temáticas para o investimento social privado que contribuam para o desenvolvimento e a valorização dos territórios: Educação/ Cultura, Meio Ambiente e Esporte.

Nossas ações são pautadas nas necessidades das comunidades, mapeadas em um Perfil Socioeconômico, que é atualizado periodicamente.

No ano de 2016 foram realizados 20 projetos de sustentabilidade, por meio de recurso direto e incentivo fiscal, através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, além de parcerias, atividades internas e ações sociais com comunidades em situação de vulnerabilidade social.

GESTÃO DE PROJETOS SÓCIO AMBIENTAIS

A área de Responsabilidade Social trabalha em parceria com o Instituto INVEPAR quatro frentes de atuação:

1) Investimento Social Privado - projetos sociais apoiados com recurso direto através de doações dedutíveis repassadas ao Instituto INVEPAR.

No ano de 2016 foram apoiados dois projetos diretos:

- Fazenda Arte
- Pedalando para o Futuro

2) Ações de Relacionamento com a Comunidade – Ações, pautadas no relacionamento e diálogo comunitário, voltadas para as comunidades do entorno das linhas 1, 2 e 4 do MetrôRio.

No ano de 2016 foram realizados seis programas de relacionamento com a comunidade:

- Quiosque Solidário
- Rede Comunitária MetrôRio
- Estação Alegria
- Doe seu Troco
- Gratuidade – Liberação Social
- Voluntariado

3) Incentivo Fiscal - Projetos de apoio à cultura através de incentivos fiscais, como a Lei de Imposto Sobre Serviços (ISS).

No ano de 2016 o MetrôRio esteve entre as 15 empresas que mais investiram em projetos culturais no RJ através do ISS, sendo o 4º maior valor de investimento. No total foram apoiados



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão da administração pública: por meio dele é exercido o necessário controle sobre as diversas atividades que interferem nas condições ambientais. Através dele há a conciliação do desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, de modo a assegurar a sustentabilidade do meio ambiente, nos seus aspectos físicos, socioculturais e econômicos.

Licenças Obtidas em 2016:

Estações: Saens Pena, São Francisco Xavier, Afonso Pena, Praça Onze, Central, Uruguaiana, Presidente Vargas, Thomaz Coelho.

E-Climas – Gerenciamento de gases de efeito estufa

O MetrôRio realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa considerando as emissões diretas, emissões indiretas provenientes da aquisição de energia elétrica e outras emissões indiretas, não relatadas no Escopo 2.

A empresa utiliza o E-Climas que é uma ferramenta web para gestão dos impactos nas mudanças do clima, aplicável a Companhia no seu setor produtivo.

Através do acompanhamento dos indicadores de desempenho climático o MetrôRio permite que os resultados sejam comparados às metas previamente estabelecidas.

Gerenciamento de Resíduos

Para uma adequada segregação, destinação e disposição final dos resíduos gerados nas dependências do MetrôRio são estabelecidos critérios e responsabilidades para o gerenciamento destes resíduos em conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas.

Os resíduos produzidos nos processos administrativos, de manutenção e de operação são classificados, segregados, tratados e/ou descartados através de empresas licenciadas por Órgãos Ambientais.

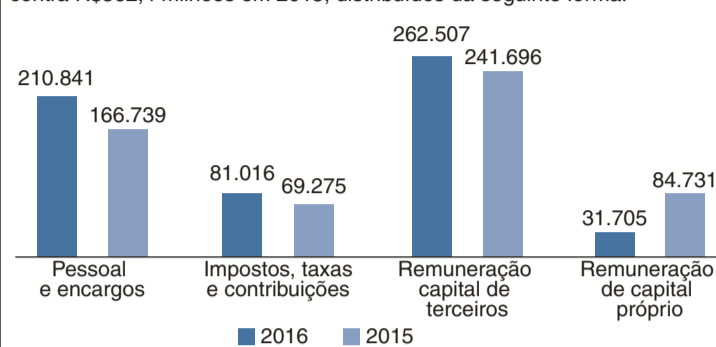
5.5. Perspectivas

O MetrôRio, durante toda vigência do contrato de concessão, seguirá atento a oportunidades de negócios em seu mercado, levando em consideração o Plano Diretor de Transporte Urbano do Rio de Janeiro. Além de focar em seu segmento de atuação: mobilidade urbana, seguirá em busca de novas oportunidades em negócios não-tarifários.

5.6. Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA – CPC 09) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela Companhia em determinado período e sua respectiva distribuição.

O valor adicionado demonstra a efetiva contribuição da Companhia, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza na economia em que está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção. O MetrôRio, em 2016, gerou R\$586,0 milhões contra R\$562,4 milhões em 2015, distribuídos da seguinte forma:



6. Considerações Finais

6.1. Prêmios e Reconhecimentos IQS

Em outubro de 2016, foi divulgado para a Companhia os resultados da Pesquisa de Índice de Qualidade de Serviços (IQS) realizada em setembro de 2016, na qual o houve um aumento de 0,3 p.p. na nota final, atingindo 8,1. A pesquisa de opinião dos usuários, realizada pelo IBOPE é encomendada pela Concessionária para medir a qualidade dos serviços prestados, seguindo as diretrizes do Contrato de Concessão.

Além da rapidez do MetrôRio, o atendimento realizado pelos colaboradores nas estações, a segurança, a limpeza, a conservação dos trens e a

comunicação foram alguns atributos que tiveram crescimento na avaliação dos usuários.

O MetrôRio segue mantendo seu desafio estratégico com qualidade: ser referência em operação metroviária nas Américas, admirada e respeitada pelos seus usuários, colaboradores, sociedade e acionistas, com geração de valor e busca permanente pela sustentabilidade.

6.2. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos ao de auditoria externa.

No relacionamento da Companhia com o Auditor Independente, o MetrôRio adota procedimentos como o impedimento de realização de trabalhos de não-auditoria, para evitar a existência de conflito de interesses ou perda de independência de seus auditores independentes, com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover os interesses da Companhia.

As demonstrações contábeis aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

6.4. Agradecimentos

Finalizando, o MetrôRio expressa seu agradecimento aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os seus colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Expresso em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
ATIVOS CIRCULANTES						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	51.618	111.026	51.620	111.028	Fornecedores	12	35.052	53.943	35.052	53.943
Aplicações financeiras	4	42.940	131.790	42.940	131.790	Empréstimos e financiamentos	13	80.307	207.488	80.307	207.488
Créditos a receber	5	13.134	8.319	13.134	8.319	Debêntures	13	145.558	342.286	145.558	342.286
Estoques	6	51.804	33.090	51.804	33.090	Tributos a recolher	7c	4.580	4.836	4.580	4.836
Impostos a recuperar	7a	12.133	9.137	12.133	9.137	Salários, provisões e contribuições sociais		34.364	29.378	34.364	29.378
Adiantamentos		26.878	16.258	26.878	16.258	Concessões de serviços públicos	14	1.824	2.171	1.824	2.171
Partes relacionadas	8	10.046	9.272	10.046	9.272	Serviços a prestar		8.877	4.096	8.877	4.096
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	48.799	-	48.799	Dividendos a pagar	3	-	-	3	-
Outros ativos circulantes		1.105	577	1.105	577	Partes relacionadas	8	1.629	34.290	1.629	34.290
Total do ativo circulante		209.658	368.268	209.660	368.270	Instrumentos financeiros derivativos	23	31.764	5.423	31.764	5.423
NÃO CIRCULANTE						Juros sobre capital próprio a pagar	8	-	39.001	-	39.001
Aplicações financeiras	4	7.729	7.220	7.729	7.220	Outras obrigações		2.922	2.109	2.922	2.109
Créditos a receber	5	7.925	4.883	7.925	4.883	Total do passivo circulante		346.880	725.021	346.880	725.021
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	37.183	37.882	37.183	37.882	NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	15	48.412	45.849	48.412	45.849	Empréstimos e financiamentos	13	555.230	504.739	555.230	504.739
Investimentos	11	2	2	-	-	Debêntures	13	300.724	133.828	300.724	133.828
Imobilizado	9	40.802	31.142	40.802	31.142	Concessões de serviços públicos	14	52.094	47.651	52.094	47.651
Intangível	10	2.276.251	2.312.976	2.276.251	2.312.976	Tributos a recolher	7c	187	187	187	187
Total dos ativos não circulantes		2.418.304	2.439.954	2.418.302	2.439.952	Provisões para riscos	15	21.522	14.973	21.522	14.973
TOTAL DOS ATIVOS		2.627.962	2.808.222	2.627.962	2.808.222	Receita diferida		1.071	-	1.071	-
						Outros passivos		331	-	331	-
						Total do passivo não circulante		931.159	701.378	931.159	701.378
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	16	1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160
						Reserva legal	16	5.763	4.177	5.763	4.177
						Dividendos adicionais a distribuir	16	-	33.486	-	33.486
						Total do patrimônio líquido		1.349.923	1.381.823	1.349.923	1.381.823
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.627.962	2.808.222	2.627.962	2.808.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de serviços		885.140	777.223	885.140	777.223
Receita de construção		73.991	95.749	73.991	95.749
RECEITA LÍQUIDA	17	959.131	872.972	959.131	872.972
Custo dos serviços prestados	17	(498.334)	(431.261)	(498.334)	(431.261)
Custo de construção	17	(73.991)	(95.749)	(73.991)	(95.749)
LUCRO BRUTO		386.806	345.962	386.806	345.962
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais, administrativas e com vendas	17	(178.342)	(130.748)	(178.342)	(130.748)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	936	(16.059)	936	(16.059)
Total		(177.406)	(146.807)	(177.406)	(146.807)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	74.593	127.331	74.593	127.331
Despesas financeiras	18	(233.233)	(221.028)	(233.233)	(221.028)
Total		(158.640)	(93.697)	(158.640)	(93.697)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		50.760	105.458	50.760	105.458
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.d	(18.356)	(19.916)	(18.356)	(19.916)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	(699)	(811)	(699)	(811)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		31.705	84.731	31.705	84.731
Lucro líquido básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	19	0,022	0,059		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.705	84.731
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	31.705	84.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Expresso em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	985.804	896.530
Prestação de serviços	911.316	799.978
Receita de construção	73.991	97.471
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.046)	(1.875)
Outras receitas	2.543	956
Insumos adquiridos de terceiros	(348.722)	(347.324)
Custos dos serviços prestados		
Custo de construção	(73.991)	(95.749)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(274.731)	(251.575)
Valor adicionado bruto	637.082	549.206
Retenções	(125.606)	(115.770)
Depreciação e amortização	(125.606)	(115.770)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	511.476	433.436
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	74.593	129.005
Valor adicionado total a distribuir	586.069	562.441
Distribuição do valor adicionado	586.069	562.441
Pessoal e encargos	210.841	166.739
Remuneração direta	148.123	116.120
Benefícios	50.699	42.398
FGTS	12.019	8.221
Impostos, taxas e contribuições	81.016	69.275
Federais	59.035	50.055
Estaduais	4.406	3.914
Municipais	17.575	15.306
Remuneração capital de terceiros	262.507	241.696
Juros	170.865	158.708
Aluguéis	29.274	19.262
Outras	62.368	63.726
Remuneração de capital próprio	31.705	84.731
Juros sobre capital próprio	-	45.884
Dividendos	31.705	38.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Expresso em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.344.160	-	-	(1.184)	1.342.976
Lucro líquido do exercício		-	-	-	84.731	84.731
Reserva legal	16.b	-	4.177	-	(4.177)	-
Juros sobre capital próprio	16.c	-	-	-	(39.001)	(39.001)
IR sobre juros sobre capital próprio		-	-	-	(6.883)	(6.883)
Dividendos adicionais a distribuir		-	-	33.486	(33.486)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.344.160	4.177	33.486	-	1.381.823
Pagamento de dividendos adicionais	16.c	-	-	(33.486)	-	(33.486)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.705	31.705
Reserva legal	16.b	-	1.586	-	(1.586)	-
Pagamento dividendos		-	-	-	(30.116)	(30.116)
Dividendos a pagar		-	-	-	(3)	(3)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.344.160	5.763	-	-	1.349.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Expresso em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
--	------	--------------	--

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**1. INFORMAÇÕES GERAIS****1.1. Operações da Companhia**

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutive, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANS e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interventivo), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço (Nota 17).

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo consolidado de R\$137.220 (R\$356.751 em 31 de dezembro de 2015), devido, principalmente, pelo registro no passivo circulante da Companhia de empréstimos e debêntures no valor de R\$225.865 (R\$549.774 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da “Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e da coligada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 28 de março de 2017.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.3. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de *software*, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.9. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Tributação**Impostos sobre vendas e serviços**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota			
		Receitas operacionais	Receitas acessórias	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2,00%	—	5,00%	—

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

2.13. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas**Principais fontes de incertezas nas estimativas**

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros**a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de *hedge*. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.



b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros pela Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.20. Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito intencional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.21. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:
 - IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
 - IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.
- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
 - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
 - IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
 - IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.22. Reapresentação das demonstrações contábeis

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A intenção de liquidar o passivo em bases líquidas deve-se à situação econômica financeira da Companhia, retração econômica do país e restrição de caixa, cenário este não previsto no exercício anterior.

	31/12/2015 - Consolidado		
	Saldo originalmente apresentado	Ajustes *	Saldo reapresentado
Balanco Patrimonial			
Ativo circulante	368.270	-	368.270
Ativo não circulante	2.456.755	(16.803)	2.439.952
Total do ativo	2.825.025	(16.803)	2.808.222
Passivo circulante	725.021	-	725.021
Passivo não circulante	718.181	(16.803)	701.378
Patrimônio líquido	1.381.823	-	1.381.823
Total do passivo e patrimônio líquido	2.825.025	(16.803)	2.808.222

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	6.543	1.215	6.545	1.217
Certificado de depósitos bancários - CDB	33.850	38.337	33.850	38.337
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	11.225	71.474	11.225	71.474
Caixa e equivalentes de caixa	<u>51.618</u>	<u>111.026</u>	<u>51.620</u>	<u>111.028</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 96,4% do CDI (91,34% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2016, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$11.706 e não há restrição de movimentação destes recursos.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	Controladora e Consolidado	
				31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras vinculadas					
Fundo cambial exclusivo (a)	100%	DÓLAR	dez/18	-	-
Letras financeiras de tesouro				-	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				42.940	64.388
Mercado Futuro				-	1.448
Operações compromissadas				-	7.942
				<u>42.940</u>	<u>73.778</u>
Aplicações financeiras não vinculadas					
Fundo mover (b)					
Letras financeiras de tesouro				-	17.651
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	1.426
Certificado de depósitos bancários - CDB				-	17.833
Operações compromissadas				-	21.102
				-	58.012
Total circulante				<u>42.940</u>	<u>131.790</u>
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	87,3%	DI	dez/18	4.545	4.336
Operações compromissadas	99,00%	DI	dez/18	3.184	2.884
Total não circulante (c)				<u>7.729</u>	<u>7.220</u>
Aplicações financeiras				<u>50.669</u>	<u>139.010</u>

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO é realizada pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo a INVEPAR, a Linha Amarela S.A. (“LAMSA”) e a Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”). O MetroBarra S. A. (“METROBARRA”) participou do fundo até julho de 2016, a Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040”) e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRORIO”) participaram do fundo até dezembro de 2016, meses em que houve o resgate do saldo total aplicado.

(c) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$7.729 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

- R\$109 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço;
- R\$13 (Banco Santander), R\$1.023 (Banco Safra S.A.), R\$16 (Banco HSBC), R\$2.162 (Banco Bradesco) e R\$4.406 (Banco Itaú) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e civis.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Venda de passagens (a)	8.375	1.904
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.337	8.930
Outros títulos a receber	763	779
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.341)	(3.294)
Créditos a receber circulante – líquido	<u>13.134</u>	<u>8.319</u>
Não circulante		
Receíveis do GERJ (c)	12.008	10.578
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.083)	(5.695)
Créditos a receber não circulante	<u>7.925</u>	<u>4.883</u>

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Saldos vencidos									
	Total	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias		
31 de dezembro de 2016	30.483	(9.424)		8.375	3.408	303	395	576	291	324 16.811
31 de dezembro de 2015	22.191	(8.989)		1.904	5.421	311	162	121	76	62 14.134

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016							
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias	
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(9.424)	(28)	(28)	(26)	(576)	(291)	(324)	(8.151)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(8.989)	(22)	(22)	(32)	(121)	(76)	(61)	(8.655)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(8.989)	(10.209)
Adições	(5.118)	(1.903)
Reversões	3.058	28
Baixas	1.625	3.095
Saldo no fim do exercício	<u>(9.424)</u>	<u>(8.989)</u>

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

A Companhia não recebeu valores referentes a gratuidade estudantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$762 recebidos no exercício de 2015).

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	51.804	32.339
Adiantamento a fornecedores	-	751
Materiais importados	-	-
Total	<u>51.804</u>	<u>33.090</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	2.110	5.382
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	1.186	1.167
PIS e COFINS	685	-
IRRF – aplicações financeiras	6.082	2.543
Outros	2.070	45
Total	<u>12.133</u>	<u>9.137</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Natureza		
Prejuízo fiscal	-	4.402
Base negativa de contribuição social	-	1.585
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	3.753	7.495
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos	8.223	6.627
Amortização provisão outorga suplementar	9.489	8.642
Provisão para participação nos lucros	3.883	3.698
Provisões não dedutíveis	9.550	5.678
Varição cambial e <i>hedge</i> não realizados	1.562	(555)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direito de concessão (*)	(6.086)	(6.375)
Custo de captação (*)	(157)	(281)
Outros	<u>4.038</u>	<u>4.038</u>
	<u>37.183</u>	<u>37.882</u>

Impostos diferidos – Ativo
Impostos diferidos – Passivo

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre a amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$24 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. O custo de captação são realizados conforme o prazo do financiamento.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016
2017	9.503
2018	5.158
2019	1.016
2020	1.260
2021	1.623
2022 a 2024	10.810
2025 a 2026	15.716
Total	<u>45.086</u>

c) Tributos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS	439	1.066
ISS	1.404	1.381
IRRF e CSRF	2.004	1.712
Taxa AGETRANSP-RJ	335	380
INSS sobre terceiros	398	297
Circulante	<u>4.580</u>	<u>4.836</u>
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	<u>187</u>	<u>187</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	50.760	105.458
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(17.258)	(35.856)
Adições permanentes	(1.587)	(891)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	15.601
Outros	(210)	219



Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário. A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou Companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		Controladora e Consolidado				
		31/12/2016				
		Ativo	Passivo	Resultado		
Parte relacionada	Transação	Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	457	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	26	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	12.848	120.981	-	(15.533)
LAMSA	Nota de débito (a)	5	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	1.432	-	-	(15.881)
INVEPAR	Dividendos	-	3	-	-	-
VIA 040	Nota de débito (a)	-	138	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (d)	9.484	-	-	838	-
METROBARRA	Locação de trem (c)	-	-	-	-	(27.489)
		10.046	14.480	120.981	838	(58.903)

		Controladora e Consolidado				
		31/12/2015				
		Ativo	Passivo	Resultado		
Parte relacionada	Transação	Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	458	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures	-	12.848	133.828	-	(14.943)
LAMSA	Nota de débito (a)	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	68	5.519	-	-	(17.250)
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	-	39.001	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito - Aval	-	11.382	-	-	(11.382)
METROBARRA	Nota de débito (d)	8.645	-	-	6.604	-
METROBARRA	Locação de Trem	-	17.356	-	-	(17.356)
VIA 040	Nota de débito	1	-	-	-	-
		9.272	86.139	133.828	6.604	(60.931)

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que são repassados através de critérios de rateio os quais são normalmente liquidados dentro do próprio mês ou mês subsequente. Por este motivo não são acruados juros.

(b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Contrato de locação: Em 15 de abril de 2015, MetrôRio e MetroBarra firmaram contrato de locação de material rodante para o transporte metroviário da Linha 4 para utilização nas Linhas 1 e 2. A remuneração pela a utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos materiais rodantes pela engenharia do MetroBarra no montante de R\$290 mensal por unidade, ajustados anualmente pelo IPCA. Em 01 de abril de 2016, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de locação de material rodante firmado entre o MetrôRio e o MetroBarra, no qual foi reajustado o valor da locação para R\$320 a partir de abril de 2016. O contrato permaneceu em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 01 de julho de 2016.

(d) Nota de débito: locação de espaço físico e folha de pagamento.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Pró-labore	2.386	2.853
Bônus variáveis	1.983	1.865
Encargos	540	632
Outros benefícios	373	325
Verbas indenizatórias	1.002	-
Total	6.284	5.675

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$6.276. Em 19 de dezembro de 2016 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária a retificação alterando o montante global para R\$7.126.

A eleição do Conselho de Administração ocorrida em 29 de abril de 2016, para um mandato de dois anos (2016-2018). Os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

9. IMOBILIZADO

		Controladora e Consolidado				
		Taxas anuais de depreciação %				
		Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/12/2016
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	38.573	12.945	(3.560)	-	47.958
Móveis e utensílios	10%	4.489	3.045	(1.227)	-	6.307
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	9.632	6.154	(673)	-	15.113
		54.517	22.144	(5.460)	-	71.201
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(16.075)	(6.133)	3.178	-	(19.030)
Móveis e utensílios		(773)	(3.811)	1.205	-	(3.379)
Veículos		(1.746)	(32)	667	-	(1.111)
Equipamentos de computação		(4.781)	(2.098)	-	-	(6.879)
Depreciação acumulada		(23.375)	(12.074)	5.050	-	(30.399)
Imobilizado líquido		31.142	10.070	(410)	-	40.802

		Controladora e Consolidado				
		Taxas anuais de depreciação %				
		Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/12/2015
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	56.916	14.475	(5.070)	(27.748)	38.573
Móveis e utensílios	10%	26.873	2.958	(26)	(25.316)	4.489
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	12.502	2.070	(4.940)	-	9.632
Peças sobressalentes*		10.100	394	-	(10.494)	-
Adiantamento a fornecedores		18.026	-	-	(18.026)	-
		126.240	19.897	(10.036)	(81.584)	54.517
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(19.578)	(5.897)	130	9.270	(16.075)
Móveis e utensílios		(6.700)	(3.472)	16	9.383	(773)
Veículos		(1.645)	(101)	-	-	(1.746)
Equipamentos de computação		(5.812)	(1.800)	2.831	-	(4.781)
Depreciação acumulada		(33.735)	(11.270)	2.977	18.653	(23.375)
Imobilizado líquido		92.505	8.627	(7.059)	(62.931)	31.142

* Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a composição dos bens registrados como ativo imobilizado e como consequência, transferiu R\$62.931 para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.

10. INTANGÍVEL

		Controladora e Consolidado				
		Taxas anuais de amortização %				
		Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/12/2016
Custo						
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(**)	394.136	-	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(**)	1.237.122	-	-	-	1.237.122
Investimento na concessão	(**)	580.794	74.172	(1.793)	-	653.173
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(**)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	20%	12.616	2.927	-	-	15.543
Outros		14	-	-	-	14
		3.157.525	77.099	(1.793)	-	3.232.831
Amortização						
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(241.308)	(10.846)	-	-	(252.154)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(377.746)	(67.085)	1.501	-	(443.330)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(217.321)	(32.250)	-	-	(249.571)
Direito de software		(8.174)	(3.351)	-	-	(11.525)
Amortização acumulada (d)		(844.549)	(113.532)	1.501	-	(956.580)
Total intangível líquido		2.312.976	(36.433)	(292)	-	2.276.251

		Controladora e Consolidado				
		Taxas anuais de amortização %				
		Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/12/2015
Custo						
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(**)	394.136	-	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(**)	1.237.122	-	-	-	1.237.122
Investimento na concessão	(**)	411.353	103.402	(15.545)	81.584	580.794
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(**)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	20%	8.494	4.122	-	-	12.616
Outros		14	-	-	-	14
		2.983.962	107.524	(15.545)	81.584	3.157.525
Amortização						
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(230.492)	(10.816)	-	-	(241.308)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(301.480)	(58.161)	548	(18.653)	(377.746)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(185.156)	(32.165)	-	-	(217.321)
Direito de software		(4.816)	(3.358)	-	-	(8.174)
Amortização acumulada (d)		(721.944)	(104.500)	548	(18.653)	(844.549)
Total intangível líquido		2.262.018	3.024	(14.997)	62.931	2.312.976

(*) Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a composição dos bens registrados como ativo imobilizado e como consequência, transferiu R\$62.931 para o ativo intangível para melhor classificação.

(**) Prazo remanescente da concessão, 22 anos. O direito de outorga refere-se ao direito de exploração do sistema metroviário do Rio de Janeiro S.A., conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga principal" é de R\$231.196 e o montante referente ao ativo intangível - Direito de concessão "Outorga suplementar" é de R\$162.940.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2016.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão abaixo demonstrados:

		MASU 9	
		31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa		2	2
Total do ativo		2	2
Patrimônio líquido			
Capital social		2	2
Total patrimônio líquido		2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu uma filial Citpax LLC, nos EUA, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior.

Em 22 de junho de 2016, a Companhia encerrou as atividades da sua filial Citpax LLC, não gerando impactos contábeis e fiscais.

12. FORNECEDORES

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais		31.051	43.980
Fornecedores internacionais		4.001	9.963
Total		35.052	53.943

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

		Controladora e Consolidado							
		31/12/2016							
		Inde-xador	Juros anuais	Venci-mento	Taxa efetiva	Circu-lante	Não circulante	Total	(Reap-re-sentado) Total
Objeto									
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	26/02/2017	8,21%	1.491	-	1.491	10.307	
BNDES Direto 3									
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	8,00%	23.261	154.933	178.194	198.096	
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	8,00%	606				



Descrição	Adições			Amortização			31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2014	Juros	Variação Cambial	Juros*	Captação	Transferência	
Passivo circulante							
BNDES I	2.625	47	-	(2.617)	(55)	-	-
BNDES II	9.180	1.151	-	(8.780)	(1.127)	8.416	8.840
BNDES III	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	22.906	15.467	-	(22.208)	(14.801)	-	23.006
Subcrédito "B"	716	97	-	(710)	(95)	710	718
Subcrédito "C"	13.190	8.867	-	(12.792)	(8.487)	12.469	13.247
FINEP	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	1.565	202	-	(1.550)	(209)	1.560	1.568
Subcrédito "B"	1.662	345	-	(1.645)	(350)	1.650	1.662
Calyon	2.288	127	(404)	(2.918)	(174)	4.423	3.342
Debênture - LAMSA	8.734	16.614	-	(7.494)	(17.855)	12.848	12.848
Debênture - HSBC	-	29.747	-	-	-	235.586	265.333
Debênture BB	-	4.623	-	-	-	59.482	64.105
Citibank	-	2.396	37.500	-	-	107.997	147.893
Caixa Econômica Federal	5.018	19.202	(335)	-	(19.225)	-	8.039
Subtotal	67.883	98.885	36.761	(60.714)	(62.378)	-	470.163
Passivo não circulante							
BNDES II	9.883	-	-	-	-	(8.416)	1.467
BNDES III	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	196.732	-	-	-	-	(21.642)	175.090
Subcrédito "B"	1.305	-	-	-	-	(710)	595
Subcrédito "C"	112.246	-	-	-	-	(12.469)	99.777
FINEP	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	3.238	-	-	-	-	(1.560)	1.678
Subcrédito "B"	3.426	-	-	-	-	(1.650)	1.775
Calyon	2.260	-	2.163	-	-	(4.423)	-
Debênture - LAMSA	146.676	-	-	-	-	(12.848)	133.828
Debênture - HSBC	231.010	4.575	-	-	-	(235.585)	-
Caixa Econômica Federal	241.512	-	3.027	-	-	(3.379)	241.160
Debênture BB	55.771	3.711	-	-	-	(59.482)	-
Citibank	98.411	367	9.219	-	-	(107.997)	-
Subtotal	1.102.470	8.653	14.409	-	-	(470.163)	655.370
Total	1.170.353	107.538	51.170	(60.714)	(62.378)	-	1.205.969
Custos de captação	(1.732)	-	-	-	-	907	(827)
Total geral	1.168.621	107.538	51.170	(60.714)	(62.378)	907	1.205.144

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	-
2017	-	65.458
2018	345.357	61.533
2019	62.027	60.198
2020 em diante	474.850	468.181
	882.234	655.370

BNDES
Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto II"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e são pagos mensalmente, no período de amortização do principal.

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto III"), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$278.395), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

• Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.

• Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

• Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e

c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Financiamento
Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36,389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313% a.a., pagos em parcela única. Liquidado em 11 de março de 2016.

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000 (Cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. Existem covenants financeiros que estão sendo atendidos pela Companhia, vide tabela de cláusulas restritivas a seguir.

Financiamento importação
Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados.

A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulados até essa data. Liquidado em 31 de outubro de 2016.

Financiadora de Estudos e Projetos
Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal
Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito "B" não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;

b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e

c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "II" e "III", FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$180 (R\$1.722 em 31 de dezembro de 2015).

Debêntures
Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração").

A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto,

em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de março de 2018.

Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 (duzentas) Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000 (quinhentos mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 180 dias (cento e oitenta dias) contados da Data de Emissão, liquidado em 21 de Novembro de 2016.

Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, liquidado em 16 de maio de 2018.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÓRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Annual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Annual
	HSBC/CITIBANK	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA	≤ 3,50	Trimestral

*Resultado Financeiro

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Controladora e Consolidado

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	960	1.143
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	864	1.028
	1.824	2.171

Não circulante

Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	52.094	47.651
	52.094	47.651
	53.918	49.822

Total

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

• R\$960 (R\$1.143 em 31 de dezembro de 2015) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

• R\$52.094 (R\$47.651 em 31 de dezembro de 2015) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 31 de dezembro de 2016, R\$52.094 (R\$47.651 em 31 de dezembro de 2015), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$56.293 (R\$50.501 em 31 de dezembro de 2015). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

Durante o exercício de 2016 o valor investido totalizou R\$74.172 (R\$76.965 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$864 (R\$1.028 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a renovação/ extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

Movimentação concessão:

	31/12/2015	Atualização resultado	Pagamento	31/12/2016
Outorga (a)	2.171	(347)	-	1.824
Circulante	2.171	(347)	-	1.824
Outorga (b)	47.651	6.007	(1.564)	52.094
Não Circulante	47.651	6.007	(1.564)	52.094
Total	49.822	5.660	(1.564)	53.918

	31/12/2014	Atualização resultado	Pagamento	31/12/2015
Outorga (a)	1.266	1.044	(139)	2.171
Circulante	1.266	1.044	(139)	2.171
Outorga (b)	42.381	5.552	(282)	47.651
Não Circulante	42.381			



a) **Riscos cíveis**
A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.
Em 31 de dezembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$41.349 (R\$89.711 em 31 de dezembro de 2015).

b) **Riscos trabalhistas**
A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.
Em 31 de dezembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$11.417 (R\$72.072 em 31 de dezembro de 2015).

c) **Riscos tributários**
Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.
Optamos pelo contingenciamento desses valores, até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado. A contingência tributária provisionada no valor de R\$1.301 é corrigida mensalmente pelo IGPM.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) **Depósitos recursais**
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$25.532 em depósitos recursais (R\$24.116 em 31 de dezembro de 2015).

b) **Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação**
Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.
As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.
Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.
O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de dezembro de 2016 é de R\$30.183 (R\$29.023 em 31 de dezembro de 2015), sendo de natureza trabalhista e cível.
Em 31 de dezembro de 2016, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$20.513 (R\$20.171 em 31 de dezembro de 2015).

c) **Bloqueios judiciais**
Em 31 de dezembro de 2016, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$2.367 (R\$1.562 em 31 de dezembro de 2015).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

b) **Reserva legal**
A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.
Em 31 de dezembro de 2016 o valor da reserva legal é de R\$5.763 (R\$4.177 em 31 de dezembro de 2015).

c) **Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)**
O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.
Em 30 de setembro 2015, a Companhia provisionou antecipadamente o montante de R\$45.884 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 31 de julho de 2015. O montante foi liquidado em 18 de março de 2016, sendo o valor líquido de impostos R\$39.001.
O JSCP antecipado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo. A administração optou por destinar o restante do resultado para dividendos adicionais propostos no montante de R\$33.486, liquidados em 30 de junho de 2016.
Em 05 de outubro de 2016 a Companhia realizou o pagamento referente a antecipação de dividendos do exercício de 2016 no montante de R\$30.116 com base no resultado de 31 de agosto de 2016.

Consolidado

31/12/2016	31/12/2015
31.705	(1.586)
30.119	(30.116)
3	

Lucro líquido do exercício
Constituição da reserva legal (5%)
Base para o dividendos mínimos obrigatórios
Antecipação de dividendos
Dividendos a pagar

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita com passagens	864.300	765.306
Receitas acessórias*	47.016	34.672
Receita da construção	73.991	95.749
Impostos e contribuições sobre a receita	(26.176)	(22.755)
Receita de serviços líquidas	959.131	872.972
*No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ocorreu R\$5.789 de receita O&M.		
Custos e Despesas por natureza		

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(244.391)	(189.621)
Conservação e manutenção	(75.874)	(65.360)
Comunicação, marketing e publicidade	(11.073)	(8.792)
Seguros e garantias	(6.277)	(3.349)
Serviços de terceiros	(16.334)	(14.758)
Veículos	(700)	(556)
Consultoria e assessoria	(15.750)	(19.341)
Aluguéis*	(29.275)	(19.262)
Energia elétrica	(86.579)	(73.177)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(7.733)	(2.060)
Parte relacionada	(15.929)	(17.015)
Depreciação e amortização	(125.606)	(115.770)
Custo de construção	(73.991)	(95.749)
Outros	(40.267)	(49.007)
	(749.779)	(673.817)
Custo de serviços prestados	(498.334)	(431.261)
Custo de construção	(73.991)	(95.749)
Despesas gerais e administrativas	(178.390)	(130.748)
Outras receitas operacionais líquidas	936	(16.059)
	(749.779)	(673.817)

* No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio incorreu em custo de locação, o aluguel de trens junto ao METROBARRA, vide nota 8, no montante de R\$27.489.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	15	16
Juros sobre aplicações financeiras	24.669	57.354
Juros ativos	1.241	91
Instrumentos financeiros derivativos	-	47.516
Varição monetária ativa	3.760	4.721
Variações cambiais ativas	44.908	17.633
Total receitas financeiras	74.593	127.331
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53.613)	(52.524)
Comissões e despesas bancárias	(2.047)	(1.988)
Juros passivos	(16.196)	(12.606)
Instrumentos financeiros derivativos	(48.920)	(6.050)
Varição monetária passiva	(16.898)	(16.223)
Juros sobre debêntures	(51.113)	(42.657)
Variações cambiais passivas	(17.513)	(61.663)
Juros com partes relacionadas	(15.533)	(14.943)
Outros	(11.400)	(12.374)
Total despesas financeiras	(233.233)	(221.028)
Resultado financeiro líquido Total	(158.640)	(93.697)

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.
O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.
Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador	31.705	84.731
Denominador (em milhares de ações)	1.446.899	1.446.899
Média ponderada de número de ações ordinárias	0,022	0,059
Lucro líquido e diluído por ações		

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.
A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2016, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2016, os principais seguros contratados são:

Descrição	Vigência			Seguradora
	Limite máximo de indenização	Início	Fim	
Risco operacional	250.000	01/08/2016	01/08/2017	Bradesco
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2016	01/08/2017	Tokio Marine
Transporte nacional**	4.000	28/02/2017	28/02/2018	SURA
Transporte internacional**	3.000*	28/02/2017	28/02/2018	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2016	31/12/2017	SURA
D&O	100.000	19/01/2017	20/03/2017	XL Seguros

(*) Em milhares de Dólares – (Em reais R\$10.680).

(**) A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O venceu em 20 de março de 2017 e foi renovada até 20 de março de 2018.

(***) A apólice de seguro transporte nacional e internacional venceu em 28 de fevereiro de 2017 e foi renovada até 28 de fevereiro de 2018.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2016 eram de R\$26.392 (R\$24.023 em 31 de dezembro de 2015), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 4.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	51.620	-	111.028	-
Aplicação financeira	50.669	-	139.010	-
Créditos a receber	-	21.059	-	13.202
Parte relacionada	-	10.073	-	9.272
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	48.799	-
Total do ativo	102.289	31.132	298.837	22.474
Passivos				
Fornecedores	-	35.052	-	53.943
Parte relacionada	-	1.629	-	34.290
Empréstimos e financiamentos	-	635.537	-	712.227
Debêntures	-	446.282	-	476.114
Obrigações com poder concedente	-	53.918	-	49.822
Instrumentos financeiros derivativos	-	31.764	-	5.423
Total do passivo	-	1.204.182	-	1.331.819

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC, IPCA e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo	31/12/2016
							a receber/ (pagar)	Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	140.000	127.619	159.383	(33.062)	(31.764)
						Passivo circulante		(31.764)
							Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2015
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	a receber/ (pagar)	diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	151.221	108.016	41.223	43.205
						Ativo circulante		43.205

Liquidados:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva	31/12/2016
							diferencial a receber/ (pagar)	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	140.654	110.770	29.883	4.482
						Ativo circulante		25.401
							IR	25.401

No exercício de 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações para proteção cambial de passivo com Banco Santander e HSBC Bank. Abaixo o demonstrativo:

Operação	Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de	Ajuste em
						exercício em Reais	Reais
NDF	Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/04/2016	EUR 70	4,284	13
NDF	Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/05/2016	EUR 381	4,326	74
NDF	Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	17/06/2016	EUR 740	4,374	140
NDF	Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/07/2016	EUR 11	4,424	2
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	EUR 267	4,849	(67)
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	EUR 21	4,153	4
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	EUR 10	4,199	2
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	EUR 17	4,247	3
							171
							171

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía operações para proteção cambial em aberto. Liquidados:

Operação	Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de	Ajuste em
						exercício em Reais	Reais
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	EUR 21	4,46	6
NDF	Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	26/02/2016	EUR 229	4,45	(23)
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	EUR 10	4,40	2
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	EUR 62	4,14	(20)
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	EUR 17	4,12	(2)
NDF	Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	EUR 67	4,52	(38)
NDF	Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/04/2016	EUR 70	4,28	(18)
NDF	Contrato						



As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário		
	provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	7,50%	9,38%	11,25%
TR Passivo (% ao ano)	2,01%	2,52%	3,02%
DI Ativo (% ao ano)	13,63%	10,22%	6,82%
DI Passivo (% ao ano)	13,63%	17,04%	20,45%
SELIC Ativo (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$3,26	R\$4,07	R\$4,89

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	Base	Cenário		
			provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa	DI	6.546	892	669	446
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	31.098	4.239	3.179	2.119
Operações compromissadas	DI	13.976	1.905	1.429	952
Fundo cambial exclusivo					
Títulos públicos federais - NTN	SELIC	42.940	5.861	4.396	2.931
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	4.545	619	774	929
Debêntures	DI	3.184	434	542	651
Total ativos financeiros		102.289	13.950	10.989	8.028
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	(281.837)	(21.138)	(26.422)	(31.707)
FINEP	TJLP	(3.475)	(261)	(326)	(391)
Debênture BB	DI	(102.211)	(13.931)	(17.414)	(20.897)
Financiamento CEF	TR	(250.043)	(5.032)	(6.290)	(7.549)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(133.829)	(2.693)	(3.367)	(4.040)
Debênture HSBC	DI	(211.900)	(28.882)	(36.102)	(43.323)
CITIBANK	DI	(126.924)	(17.300)	(21.625)	(25.950)
Aplicação financeira vinculadas(*)	DI	26.280	3.582	2.686	1.791

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	635.537	712.227
Debêntures	446.282	476.114
Caixa e equivalentes de caixa	(51.620)	(111.028)
Aplicações financeiras	(50.669)	(139.010)
Dívida líquida	979.530	938.303
Patrimônio líquido	1.349.923	1.381.823
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.329.453	2.320.126

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

A DIRETORIA	CONTADOR
	Magno Silva de Moraes - CRC 108.830/O-4 RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio** Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controladora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas
Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações "Lava Jato" e "Greenfield". O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Ênfase", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Principais assuntos de auditoria	Procedimentos de auditoria
Reconhecimento de receita (nota explicativa 2.3) Em virtude da relevância da receita operacional líquida nas demonstrações contábeis da Companhia, bem como da rede de sistemas e processos que suportam seu reconhecimento há: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento e (ii) o risco de que os sistemas utilizados na captura, processamento e "interfaces" que alimentam os valores reconhecidos nos registros contábeis apresentem falhas e, conseqüentemente, possam produzir erros na forma de apropriação das receitas.	Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da concessão; (ii) avaliação do desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento e aplicação de procedimentos de auditoria sobre os principais controles internos desenhados pela administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita; (iv) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no reconhecimento da receita e a utilização de nossos especialistas em tecnologia da informação para exames nos controles automatizados dos sistemas relevantes e (v) seleção de transações ao longo do exercício e confronto com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia.

Ativos intangíveis - ICPC 01 – Contratos de Concessão (nota explicativa 10)

A Companhia está enquadrada na Interpretação Contábil ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual prevê aspectos específicos no registro das operações de concessões governamentais, aplicáveis estritamente às empresas em atividades comuns relacionadas à estas operações.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Nossos procedimentos basearam-se, entre outros: (i) avaliação quanto ao processo de registro das operações de concessões governamentais, através de seus respectivos contratos de concessão; (ii) teste documental dos registros contábeis; (iii) revisão das principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia, diante das exigências do ICPC01.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	11.780	9.901
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	180	1.722
Juros sobre capital próprio provisionado	-	19.001

25. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O MetrôRio mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários. O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2016 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial, realizada em 31 de dezembro de 2016.

Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa	2016	2015
1. Obrigação de benefício definido	(2.284)	(2.769)
2. Valor justo do ativo do plano	10.984	9.092
3. Situação financeira do plano	8.700	6.323
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	8.700	6.323
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	-

Informações patrimoniais

1. Taxa nominal de desconto	10,96%	12,62%
2. Crescimento salarial médio	1,00%	1,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	5,00%
4. Taxa de retorno dos investimentos	10,96%	12,62%

5. Tábua de mortalidade

Estatísticas dos participantes

1. Ativos, aposentados, pensão por morte, invalidez permanente, Auto patrocinados e benefício proporcional diferido		
a. Quantidade	481	506
b. Folha anual dos salários de participação	19.312	19.803
c. Salário de participação médio mensal	3.879	3.601
d. Idade Média (anos)	47	45
e. Tempo de serviço médio (anos)	16	15

Mudança no valor presente das obrigações

1. Valor presente das obrigações no final exercício anterior	2.769	3.599
2. Custo do serviço corrente	243	355
3. Custo de juros sobre o valor presente das obrigações	349	395
4. Contribuições dos empregados	5	6
5. Ganhos / perdas atuárias – experiência	(526)	(383)
6. Ganhos / perdas atuárias – hipóteses demográficas	(859)	(863)
7. Ganhos / perdas atuárias – hipóteses financeiras	303	(340)
8. Valor presente das obrigações no exercício atual	2.284	2.769

Mudança no valor justo dos ativos

1. Valor presente das obrigações no final exercício anterior	9.092	8.213
2. Custo do serviço corrente	1.170	927
3. Custo de juros sobre o valor presente das obrigações	360	(392)
4. Contribuições dos empregados	357	337
5. Ganhos / perdas atuárias – experiência	5	7
6. Valor presente das obrigações no exercício atual	10.984	9.092

Custo de benefício definido esperado a ser reconhecido no resultado em 2016 é de R\$221.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de fevereiro de 2017 a Companhia captou empréstimo no montante de R\$18.000 com vencimento em 08 de abril de 2017 com o objetivo de atender demanda de fluxo de caixa.

Em 22 fevereiro de 2017, a AGETRANSP com base no contrato de concessão, autorizou o aumento da tarifa de R\$4,10 para R\$4,30 a partir do dia 02 de abril de 2017.

Contratação de prestadores de serviços (nota explicativa 10)

A Companhia mantém contratos significativos de Construção e Serviços para a cumprimento de suas obrigações de concessão e manutenção de suas operações. Desta forma, a Companhia deve sempre estabelecer os critérios e, também, manter um manual completo e detalhado para orientação quanto aos procedimentos, atitudes e comportamentos a serem adotados nos processos de contratação e gestão de empresas prestadoras de serviços; buscando, desta forma, a segurança operacional e jurídica e, principalmente, a salvaguarda de seus ativos e boa aplicação dos recursos financeiros.

Concentramos nosso trabalho principalmente nos processos de cotação e contratação de novos fornecedores. Estes incluem, principalmente, os grandes projetos de infraestrutura para construção e manutenção de suas concessões através de contratos com empreiteiras. Inspecionamos os contratos firmados entre a Companhia e seus respectivos prestadores de serviços, observando o atendimento contratual, previsões de serviços futuros e, principalmente, as evidências dos serviços prestados.

Avaliações quanto à recuperabilidade de ativos ("Impairment") (nota explicativa 10)

Ao longo dos últimos exercícios a Companhia expandiu suas atividades através de investimentos em ativos intangíveis. Como resultado, os ativos da Companhia incluem uma quantidade significativa de ativos intangíveis, principalmente formado pelas outorgas e direitos de seus contratos de concessão. Desta forma, há um risco de que as operações não se desenvolvam em linha com suas expectativas e previsões iniciais de realização do valor contábil do ativo intangível de concessão, imobilizados e imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de nossos especialistas para nos auxiliar no exame e avaliação das premissas e metodologia utilizada pela Administração da Companhia na preparação do fluxo de caixa; (ii) desafios aos principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, considerando se essas premissas estavam adequadas com base na atual situação de mercado e economia do País; (iii) comparação das projeções com os resultados históricos; (iv) testamos os cálculos matemáticos do fluxo de caixa futuro elaborado pela Administração da Companhia.

Empréstimos, Debêntures e cláusulas restritivas ("Covenants") (nota explicativa 13)

A Companhia detém passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("Covenants"). Nós nos concentramos nesses grupos de contas, uma vez que estes apresentam impactos significativos no resultado da Companhia, além de: (i) sua relevante posição financeira, (ii) alto volume de transações e (iii) número de contrapartes envolvidas.

Nossos procedimentos basearam-se na avaliação detalhada quanto ao processo do registro inicial das dívidas emitidas/assumidas através da análise dos contratos disponibilizados, reviso e confrontos documentais, através de extratos bancários para as liquidações do período, recálculos dos juros e encargos incorridos, confirmação de saldos junto a terceiros, acompanhamento do atendimento aos índices financeiros ("Covenants") exigidos contratualmente e, principalmente, baseado em nossas revisões sobre os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis em atendimento às práticas contábeis brasileiras.

Provisão para riscos processuais (nota explicativa 15)

As provisões para riscos processuais referem-se a processos nas esferas tributárias, trabalhista e cíveis. Todas as reivindicações recebidas pelo departamento jurídico são analisadas em conjunto com a Administração, sendo que as posições adotadas pela Companhia baseiam-se nas experiências quanto às liquidações de créditos passados e aconselhamentos com advogados externos. Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro.

Com relação aos riscos processuais, aplicamos os seguintes procedimentos visando a obtenção de nossa segurança: (i) enviamos cartas de confirmação à 100% dos assessores legais que mantêm relação com a Companhia, solicitando que nos confirmassem a totalidade dos processos em que estão envolvidos e suas respectivas probabilidades de ganho/ perda; (ii) observamos se os montantes constantes nos relatórios apresentados pelos advogados internos e externos foram adequadamente refletidos como provisão nos livros e registros, e testamos a precisão matemática do relatório e dados apresentados; (iii) quanto às principais questões judiciais optamos por efetuar discussões com os responsáveis no departamento jurídico e com a Administração, solicitando a documentação suporte para entendimento da situação dos processos e bases utilizadas para as definições quanto ao risco de perda/ ganho.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes do ajuste decorrente da reapresentação descrita na Nota explicativa nº 2.22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota explicativa nº 2.22, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CONCESSÃO METROVIÁRIA
DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ